



ASSEMBLÉIA POPULAR

MUTIRÃO por um novo BRASIL



BRASÍLIA, de 25 a 28 de OUTUBRO de 2005

O BRASIL que queremos

INSTRUMENTO DE TRABALHO

RETOMANDO O PROCESSO

Os movimentos sociais, as igrejas e pastorais sociais, as organizações da sociedade civil, as redes e fóruns de mulheres e homens, do campo e das cidades, as forças sociais, enfim, responsáveis por esta Assembléia Popular – Mutirão por um Novo Brasil estão chegando de um longo caminho.

Só no último ano foram realizadas mais de duzentas Semanas Sociais em todas as regiões do país, e muitas foram as Assembléias Populares que se reuniram em todos os Estados. Junto com ações de outras entidades e redes, foi um esforço significativo em favor da articulação das forças sociais que desejam um país melhor para todos os brasileiros e brasileiras.

Faz mais tempo, contudo, que esta empreitada teve início. Aconteceram, desde 1991, outras três Semanas Sociais Brasileiras, e delas nasceu a Campanha Jubileu, que agora se une em assembléia com a 4ª Semana Social Brasileira. Foi delas que nasceu também o Grito dos Excluídos. Coube à Campanha Jubileu a organização dos memoráveis Plebiscitos populares sobre a Dívida Externa e o FMI, em 2000, e sobre a Alca e a Base de Alcântara, em 2002. Cabe a ela, até hoje, alimentar a consciência de que somos credores, e não devedores, e manter vivas as lutas pela Auditoria cidadã da dívida, pela anulação da dívida externa, contra a Alca, contra a militarização estadunidense e contra o domínio absoluto do livre mercado capitalista promovido pela OMC.

Um dos avanços dessa caminhada foi a definição geral de que tipo de país queremos ser, resumida assim: um país *politicamente democrático; economicamente justo; socialmente equitativo e solidário; culturalmente plural; ambientalmente sustentável*. Deseja-se tudo isto como obra de toda a sociedade, de uma *cidadania ativa* que exige seus direitos, que *radicaliza a democracia*, participando nas decisões que dizem respeito à vida de todas as pessoas em todos os âmbitos e dimensões da vida.

A situação atual

A situação de nosso povo continua uma tragédia. Não foram enfrentados os grandes desafios da nação. A terra continua concentrada, já que a reforma agrária não avançou como devia. O desemprego e a desocupação continuam altíssimos, já que as políticas públicas e as iniciativas privadas não favoreceram a criação de oportunidades de trabalho. A remuneração do trabalho continua uma das mais baixas do mundo. A maioria da população continua com menos de dois salários mínimos mensais, e muitos só contam dois reais por dia para sobreviver. O trabalho continua desvalorizado, de modo especial o dos jovens, das mulheres, dos negros e negras. A educação e a saúde estão longe de ser um direito universal, e a falta de garantia de água potável e de saneamento ambiental são ameaças constantes à saúde pública. As cidades continuam um caos, sem planejamento, com falta de moradias dignas, com índices de violência assustadores, e o meio ambiente continua descuidado, aumentando sua degradação.

Por outro lado, e isso explica, em boa medida, a situação, nosso país continua voltado para a exportação de todos os tipos de produtos, garantindo os dólares necessários para manter em dia o pagamento dos juros das dívidas externa e interna. Continua sendo promovida a grande propriedade do agronegócio, aumentando seu tradicional poder oligárquico, exportando alimentos com preços baixos por causa da altíssima exploração do trabalho, do solo e do meio ambiente, e por causa do privilégio no acesso a recursos públicos. Continuamos pagando os juros mais altos do mundo, e isso transfere renda dos pobres para os ricos, aumentando ainda mais a concentração da riqueza e da renda nas mãos de uns poucos. Continuamos, por isso, um dos campeões da desigualdade social, um país injusto. Aumentamos nossa dependência,



principalmente de tecnologias, fruto do descaso e da desvalorização da pesquisa em nosso país. Somos, enfim, exportadores do que falta em outros países, já que em nossos produtos vai água, sol, energia, trabalho mal remunerado.

Cresce, por causa disso tudo, o grito para que se olhe, escute e pense o Brasil a partir das suas diferentes regiões. Não só nem principalmente como divisões geopolíticas. É preciso retomar o Brasil como uma rica unidade de *áreas socioculturais e biomas* diferentes. Aparecem, e cada vez mais fortes, gritos que vêm dos povos e do meio ambiente da *Amazônia*, do *Cerrado*, do *Pantanal*, do *Semi-Árido*, dos quase destruídos biomas *Mata Atlântica* e *Pampa*. A implantação de iniciativas agropecuárias, de atividades industriais e de cidades de forma padronizada, sem levar em conta as potencialidades e fragilidades típicas de cada bioma causaram, e continuam causando, numa velocidade irresponsável, danos provavelmente irreparáveis à necessária harmonia dos fatores que favorecem a vida em cada um deles.

OS DESAFIOS CENTRAIS

O Brasil na crise civilizatória

O Brasil vive, junto com outros povos e nações do mundo, um tempo de profundas crises e transformações. A modernidade capitalista neoliberal não responde aos anseios de justiça, liberdade, igualdade. Pelo contrário, ao tornar tudo mercadoria, inclusive a vida humana, ao impor um ritmo de progresso econômico que esgota os bens naturais, aumenta a poluição do meio ambiente e o aquecimento do Planeta, provoca desastres naturais e sociais cada vez mais catastróficos e agrava a crise de valores e de sentido da própria vida.

A humanidade vive num tempo de crise da civilização dominante e de transição para outro ou outros paradigmas civilizatórios. Junto com o descontentamento e a revolta, cresce a consciência de que outro mundo é possível e necessário. Não só. Cresce o número de pessoas, comunidades, movimentos e organizações empenhadas em sua construção. É nesse contexto que nos propomos a tarefa da organização do *mutirão por um novo Brasil*. Nada de reformas superficiais. Buscamos transformações profundas, estruturais, que tornem possível outra economia, outra política, outra convivência com as pessoas e com o meio ambiente, outra cidade, outra agricultura, e tudo isso tendo como base outros valores, outra cultura.

Pelo que temos percebido nos debates sistematizados neste Instrumento de Trabalho, a Assembléia Popular – Mutirão por um Novo Brasil tem pela frente, entre muitos outros, quatro desafios centrais.

Primeiro: dar um passo adiante na criação de oportunidades de informação e formação que possibilitem o crescimento da consciência crítica da população sobre a realidade do país.

Segundo: dar um passo adiante na prática da democracia direta, definindo mais claramente o que cabe às forças sociais e ao Estado, e definindo como as forças sociais mobilizarão a cidadania para exigir consulta direta, por meio de plebiscitos, sobre temas e políticas que interessam a todas as pessoas, e para exigir a participação majoritária da sociedade nos espaços de controle das políticas públicas.

Terceiro: dar um passo adiante na articulação das forças sociais, estabelecendo prioridades de ação unitária, visando uma presença mais eficaz no processo de transformação do país. E uma articulação que retome e renove, na prática das diferentes iniciativas, os princípios e os valores que se deseja como garantia de qualidade do Novo Brasil.

Quarto: dar um passo adiante na capacidade de pensar e construir o Brasil como uma unidade de biomas e áreas socioculturais diferentes. Trata-se de uma unidade que só pode ser construída a partir de cada bioma, da iniciativa da cidadania dos povos de cada uma dessas regiões, reconhecida, assumida e apoiada por todo o país.

Com estes passos, teremos condições de avançar na direção de lutas e conquistas que sejam uma ruptura com todo tipo de práticas e de ideologias de dominação, de exploração e de subordinação.

O que desejamos, nesta Assembléia Popular – Mutirão por um novo Brasil, é reconhecer as iniciativas que já estão construindo o novo Brasil e somar novas forças para apressar esse processo. Mas sabemos que esse processo, que vai na direção da democratização radical e da socialização dos bens da natureza e frutos do trabalho, só acontecerá de forma plena com o protagonismo do povo como um todo.



VALORES, GÊNERO e ETNIAS

Queremos ser um país que assegura a democratização econômica, social e política, rompendo com preconceitos e discriminações ligadas ao gênero, à cor, à etnia, às opções sexuais; que respeita e garante os direitos dos idosos e crianças; e que promove o poder popular como fonte soberana em relação a decisões que afetam e dizem respeito à nossa sociedade.

1.1 Um país constituído de pessoas conscientes das potencialidades de sua localidade e de sua região, de seu poder de transformar a realidade. Pessoas que participam de maneira engajada na vida de suas comunidades, de organizações sociais, profissionais, culturais, artísticas ou religiosas, na luta por direitos fundamentais.

1.2 Um país soberano, que valoriza o poder popular, a auto-determinação dos povos, a solidariedade, a generosidade, a lealdade, a justiça, a igualdade.

1.3 Um país que reconhece, valoriza e se enriquece com suas comunidades tradicionais, povos indígenas, comunidades afro-brasileiras remanescentes de quilombos, e que garante a essas comunidades, através da homologação, o direito a seu território, com autonomia econômica, política e cultural.

1.3.1 Promover a educação bilíngüe nas comunidades indígenas, contribuindo com a diversidade cultural.

1.4 Um país que desenvolve entre os países da América Latina a integração das línguas predominantes (português e espanhol) enquanto possibilidade de intercâmbio e constituição de identidade latino-americana.

1.5 Um país que assume sua dívida histórica com as pessoas e comunidades negras, que entende que a luta anti-racista é parte de um projeto estratégico de emancipação nacional. A luta anti-racista se entrelaça com o reconhecimento das propostas históricas da população negra por um Brasil melhor, para todos e todas, sua

contribuição cultural e política. E vai além da necessária, mas limitada, postura contra injustiças sócio-raciais.

1.5.1 Promover políticas educacionais que favoreçam o fim das discriminações e do racismo e possibilitar condições efetivas para a igualdade de oportunidades e de valorização de suas culturas e do trabalho, com igualdade de remuneração.

1.5.2 Garantir o ensino da história e da cultura afro-brasileira na educação básica.

1.5.3 Garantir que seja cumprida a constituição federal, no que diz respeito à criminalização do racismo.

1.6 Um país assentado sobre a igualdade entre homens e mulheres, que deve expressar-se em todas as relações sociais, econômicas, culturais e políticas.

1.6.1 Promover a igualdade na remuneração pelos trabalhos realizados por mulheres e homens. Valorizar o salário mínimo e garantir os direitos das trabalhadoras domésticas, assim como a aposentadoria para donas de casa de baixa renda.

1.6.2 Combater qualquer forma de mercantilização do corpo da mulher, o turismo sexual e o tráfico de mulheres. Criar mecanismos de punição efetiva para eliminar todo o tipo de violência contra a mulher, incluindo a violência doméstica.

1.7 Um país que cria condições efetivas de participação da população jovem na construção da sociedade nova.

1.7.1 Promover políticas que proporcionem o desenvolvimento das potencialidades dos jovens, como a criação de oportunidades de trabalho com todos os direitos sociais garantidos, o livre acesso ao conhecimento, destinando os recursos necessários.

1.8 Um país que garante educação e saúde pública e gratuita para todos, e que erradica o analfabetismo.

1.9 Um país que retoma os investimentos em políticas públicas sociais, com a revisão da política efetivada nos últimos anos, de redução dos recursos para a assistência social, que comprometeu a manutenção de vários programas previstos na Lei Orgânica da Assistência Social, sobretudo em favor das crianças, adolescentes, dos deficientes físicos, dos negros, das mulheres e dos índios.

1.10 Um país que promove medidas eficazes para a prevenção da deficiência e para a reabilitação e a realização dos objetivos de igualdade e de participação plena das pessoas com deficiências na vida social e no desenvolvimento.



SISTEMA POLÍTICO

2.1 Um país que cria mecanismos permanentes de participação direta da população nas decisões políticas das várias instâncias de poder político.

2.1.1 Convocar permanentemente plebiscitos, referendos e consultas populares para tomada de decisões de importância para a população; Audiências públicas; Assembléias Populares; Consultas públicas; Conselhos Populares; Orçamento Participativo; Ampla liberdade de organização social, política e sindical; Ampla e irrestrita liberdade de organização partidária.

2.2 Um País que controla socialmente a ação do Estado, com mecanismos efetivos que permitam o controle social sobre a ação dos governantes e representantes que exercem o poder político:

2.2.1 Constituir comitês populares de acompanhamento e fiscalização da execução orçamentária dos vários órgãos do estado e de obras e ações continuadas das várias instâncias do estado;

2.2.2 Promover a participação popular direta e organizada na gestão e fiscalização da ação do Estado e punição dura e implacável a todas as formas de corrupção, em todos os poderes, alcançando e punindo corrompidos e corruptores;

2.2.3 Promover a participação popular na denúncia e na busca de provas da corrupção, protegendo a identidade de pessoas comuns do povo que se disponham a colaborar no esclarecimento e na obtenção de provas de corrupção;

2.2.4 Constituir promotorias populares mandatadas para fiscalizar a corrupção nas estruturas e nas instâncias do Estado (executivo, legislativo e judiciário), com imunidade e proteção na sua função fiscalizatória;

2.2.5 Impedir que as empresas e empresários corruptores ou financiadores de campanhas políticas de participar de qualquer licitação promovida por qualquer órgão ou empresa do Estado.

2.2.6 Instituir o fim do Sigilo Bancário, Patrimonial e Fiscal - conhecimento público de dados bancários, patrimoniais e fiscais de qualquer cidadão/cidadã (e de empresas das quais sejam sócios) que exerça cargo público durante o exercício do mandato e nos dois anos anteriores e dois anos posteriores ao mesmo.

2.3 Um país que rompe as malhas do clientelismo e do fisiologismo, da cooptação, da dependência e da submissão do povo aos interesses dos políticos e dos grupos de poder, possibilitando que as formas de representação sejam autênticas e controladas socialmente. O clientelismo, o fisiologismo, o assistencialismo e o paternalismo são as formas clássicas de manter o povo pobre devendo favor às elites políticas e pagando-as com o voto que as perpetuam no poder. Para isto alguns instrumentos são fundamentais:

2.3.1 Acabar com as emendas parlamentares individuais;

2.3.2 Proibir os parlamentares ou detentores de qualquer cargo político de manter vínculos administrativos, de direção ou de propriedade com entidades assistenciais ou empresas que prestem serviços à comunidade ou que mantenham vínculos de prestação de serviços com o estado;

2.3.3 Proibir qualquer tipo de nepotismo, direto ou cruzado;

2.3.4 Proibir qualquer tipo de doação, favor ou ajuda feita pessoalmente por candidatos ou detentores de cargos políticos.

2.4 Um país que não possibilita o carreirismo político. O carreirismo cria vícios e profissionaliza a representação, gerando uma enorme distância entre representantes e representados. É fundamental criar mecanismos que impeçam o carreirismo nas funções políticas:

2.4.1 Possibilitar que o controle popular sobre os eleitos seja exercido de fato, para que a eleição não seja uma delegação de caráter absoluto. Para isto é importante criar mecanismos que permitam interromper mandatos executivos e legislativos através de:

2.4.1.1 Referendo revogatório, convocado por 30% de eleitores aptos, com 50% de votos favoráveis procederá a cassação do mandato.

2.4.1.2 Impedimento (impeachment)

2.4.1.3 Processo judicial instaurado pelo ministério público, entidades representativas ou grupo de cidadãos(ãs).

2.4.1.4 Voto qualificado de convenção partidária do partido ao qual o eleito pertença.

2.5 Um país que estabelece o controle popular sobre os eleitos, assegurando o direito revogatório de todos os mandatos executivos e legislativos.

2.6 Um País que impossibilita o financiamento das campanhas eleitorais por parte de empresas ou de pessoas, impossibilitando relações de dependência entre os eleitos e quem os financiou. Este tem sido o atalho da corrupção. Através deste mecanismo se garante o controle do poder político nas mãos de quem tem dinheiro.

2.7 Um país onde a representação política não deve ter nenhum estímulo financeiro, bastando a reposição dos custos. Para isto é preciso estabelecer normas:

2.7.1 Garantir que o salário dos eleitos seja calculado pela média dos salários dos servidores públicos da instância da federação à qual foi eleito (deputados federais, média do funcionalismo federal; deputados estaduais, média dos servidores de seu estado e assim por diante).

2.8 Um país que assegura a fidelidade programática e partidária. As trocas de partidos são formas de

enfraquecimento da representação, da falta de ideologia e fonte de corrupção para buscar maiorias. Para esta questão também são necessários alguns mecanismos:

2.8.1 Impossibilitar a troca de partido por três anos após eleito;

2.8.2 Garantir que o mandato seja partidário; quem sair do partido deixa o mandato para o partido;

2.8.3 Estabelecer a perda de mandato por decisão qualificada e democrática em convenção do partido a que pertença.

2.9 Um país que assegura as iniciativas populares. As iniciativas do povo para o debate e aprovação de leis precisam de instrumentos fortes para serem levadas a sério.

2.9.1 Dar precedência para tramitação e votação de projetos de lei de iniciativa popular com quorum qualificado de assinaturas regularmente obtidas;

2.9.2 Possibilitar a iniciativa popular sobre qualquer tema de interesse público.

2.10 Um país que garante a representação de gênero e etnias historicamente excluídas. Há setores da sociedade cuja exclusão histórica exige instrumentos de afirmação positiva para que seus pleitos e suas posições sejam levadas em consideração. Para isto é preciso estabelecer:

2.10.1 Garantir quotas mínimas obrigatórias em todas as casas legislativas estaduais, federal e municipais (quando for o caso) de representação dos povos indígenas, da população negra e de mulheres.

2.11 Um país que conta com um organismo de controle do Judiciário, com maioria de representantes dos diferentes setores da sociedade civil, zelando para que esse Poder defenda de fato o direito de todas as pessoas sem discriminação.

INICIATIVAS EXISTENTES:

- **Iniciativa de mobilização em favor da proposta de regulamentação do Plebiscito Popular.**

- **Realização de uma formação política nos três níveis de ensino, salientando: como funcionam o sistema político, as políticas públicas, a gestão dos recursos, entre outros temas.**



SOBERANIA E RELAÇÕES INTERNACIONAIS

3.1. Um país que maneje sustentavelmente e mantenha soberanamente as riquezas naturais brasileiras como um patrimônio do povo brasileiro.

3.1.1. Garantir a água como um bem público, de destinação universal, patrimônio da humanidade e de todos os seres vivos; garantir o acesso livre de pescadores e comunidades ribeirinhas e praias aos rios, lagos, mangues e mares.

3.1.2. Garantir soberanamente a biodiversidade brasileira (flora e fauna) para o povo brasileiro, sempre em solidariedade com os demais povos, respeitando e respaldando os saberes das populações tradicionais, contra o patenteamento mercantil desses saberes, garantindo-lhes o acesso e domínio sobre as plantas medicinais.

3.1.3. Garantir o uso dos solos agricultáveis brasileiros para os brasileiros, principalmente os pequenos agricultores, comunidades tradicionais, indígenas e quilombolas.

3.1.4. Garantir soberanamente as florestas brasileiras para o povo brasileiro, principalmente aos povos das florestas, com suas Reservas Extrativistas, Áreas de Preservação, Projetos de Desenvolvimento Sustentável etc.

3.1.5. Garantir soberanamente para o povo brasileiro as riquezas minerais do Brasil, inclusive o Petróleo.

3.2. Um país que dê aos bens estratégicos e sociais de destinação universal um caráter público e sem fim lucrativo.

3.2.1. Saúde.

3.2.2. Educação em todos os níveis.

3.2.3. Previdência – Defender e ampliar o SUS

3.2.4. Transporte público.

3.2.5. Malha rodoviária, ferroviária, portos, aeroportos, presídios.

3.2.6. Comunicação.

3.2.7. Correios.

3.2.8. Energia.

3.3. Um país que defenda o serviço público garantindo uma política salarial e a construção de uma carreira que valorize e dignifique o servidor público.

3.4. Um país que defina suas relações com outros povos e nações de forma soberana, com liberdade e autodeterminação, com base na solidariedade e na cooperação.

3.4.1. Resistir a projetos com interesses unilaterais e imperiais, como a Alca e a OMC.

3.4.2. Defender novas formas de integração como a ALBA (Alternativa Bolivariana para as Américas).

3.4.3. Lutar contra a militarização e a guerra, como no caso da ocupação militar do Haiti e do Iraque, da presença de tropas dos EUA no Paraguai e em muitos outros países.

3.4.4. Lutar pelo fim do bloqueio econômico a Cuba.

3.5. Um país que coloque a realização dos direitos da sua população acima dos interesses do mercado financeiro internacional.

3.5.1. Promover uma Auditoria das Dívidas Externa e Interna, cumprindo o mandato constitucional. Serão realizadas auditorias periódicas, garantindo que o endividamento não continue sendo instrumento de dominação e de exploração imperial.

INICIATIVAS EXISTENTES:

-Proposta de promoção da auditoria das privatizações.

-Campanha da Fraternidade para a revisão da Lei de Recursos hídricos em favor de uma legislação do patrimônio hídrico brasileiro.

-Proposta do MAB para novo modelo energético.

-Campanha Contra a ALCA e Campanha pela ALBA (Alternativa Bolivariana para as Américas) / Cúpula dos Povos.

-Campanha Nosso Mundo Não Está a Venda (contra a OMC).

-Campanha pela Desmilitarização das Américas (CADA).

-Campanha Jubileu Sul (contra o pagamento das dívidas externa e interna e Auditoria).

-Carta das Mulheres à Humanidade.

-Campanhas contra o Banco Mundial e o FMI.

-Grito Continental dos Excluídos.

-Via Campesina Internacional / Campanha Global pela Reforma Agrária.

-Fórum Social Mundial.

-Campanha pela libertação dos 05 patriotas cubanos.

-Campanha Contra o Bloqueio Norte-americano Imposto a Cuba.



TRABALHO

4.1. Um país onde o trabalho é algo que estimula a criatividade e o desenvolvimento das potencialidades das pessoas.

4.2. Um país que não admite a prática do trabalho escravo.

4.3. Um país em que o direito ao trabalho é o fator mais importante na definição de toda iniciativa econômica.

4.4. Um país que assegure o exercício da organização sindical e do pleno e irrestrito exercício do direito de greve.

4.5. Um país que assegure estabilidade aos trabalhadores e garanta seus direitos.

4.5.1 Lutar pelo aumento da remuneração dos trabalhadores/as e dos aposentados/as, sem aumentos de preços dos produtos, gerando a democratização dos lucros.

4.5.2 Defender uma política tributária progressiva, com a cobrança de impostos sobre grandes fortunas e sobre o capital financeiro.

4.5.3 Defender a segurança no trabalho e o direito à saúde dos/as trabalhadores/as.

4.5.4 Combater a exploração e a precarização do trabalho.

4.5.5 Remunerar e valorizar o trabalho doméstico.

4.5.6 Reduzir a jornada de trabalho sem redução de salários.

4.5.7 Defender a liberdade de organização por local de trabalho.

4.5.8 Garantir aos migrantes os direitos trabalhistas.

4.5.9 Apoiar a luta dos trabalhadores desempregados.

4.6. Um país que promova iniciativas de economia solidária, multiplicando oportunidades de trabalho geradoras de renda, aumentando a produção e o intercâmbio assentados nos princípios da cooperação, da solidariedade, do cuidado com a vida e o meio ambiente.

INICIATIVAS EXISTENTES:

-Campanha pela redução da jornada de trabalho.

-Proposta da Marcha Mundial das Mulheres para a valorização do salário mínimo.

-Frentes de trabalho, moradia e renda, subsídio direto e indireto (MTD).

-Movimento dos catadores de materiais recicláveis para geração de trabalho e renda através da reciclagem.

-Campanha pela Erradicação do Trabalho Escravo.



CIDADES

5.1. Um país que possibilita e garante o **direito à cidade** de e para toda a população urbanizada. Cidades replanejadas, com reforma urbana, possibilitando melhor qualidade de vida para a população. Para isso:

5.1.1 Garantir o direito à moradia digna para todos.

5.1.2 Garantir educação pública e gratuita, de boa qualidade para todos.

5.1.3 Garantir saúde pública e gratuita, com valorização dos saberes populares, da medicina alternativa e de todas as práticas que favorecem a vida saudável, e com garantia de acesso aos recursos da medicina quando for necessário

5.1.4 Garantir água potável e energia elétrica para a população.

5.1.5 Promover a coleta e tratamento adequado do esgoto e do lixo, priorizando o reaproveitamento, como iniciativa popular, de todos os produtos recicláveis.

5.1.6 Promover a recuperação da água e das matas ciliares das fontes, dos córregos e rios.

5.1.7 Garantir transporte público de massa, apoiando políticas que desestimulem o transporte individual.

5.1.8 Garantir acessibilidade às necessidades dos portadores/as de necessidades especiais nas cidades.

5.2 Um país que garante o acesso e a valorização da criatividade artística e cultural, bem como o acesso a espaços e iniciativas de lazer e esportes.

5.2.1 Redefinir o espaço urbano, destinando áreas adequadas a parques e áreas de esporte, lazer e livre caminhar das pessoas.

5.3 Um país que redefina o conceito de segurança pública, levando em consideração as necessidades das comunidades e garantindo a sua participação na elaboração de políticas para esta área.

5.3.1 Combater a repressão policial às comunidades mais carentes, assim como a violência e a desagregação social.

5.3.2 Combater o tráfico de drogas; mas sempre tratando o uso de drogas como uma questão de saúde pública. Possibilitando a efetiva recuperação do usuário.

INICIATIVAS EXISTENTES:

-Projeto de reforma urbana / Conferências das Cidades.

-Projeto de lei sobre o saneamento ambiental.

-Apoiar propostas do MAB sobre modelo energético.

-Apoiar ações de movimentos de portadores de necessidades especiais.



CAMPO

6.1. Um país que realiza a reforma agrária, distribui a terra criando oportunidades de trabalho, de renda e de espaço de vida para milhões de pessoas, retirando o poder do latifúndio e do agronegócio. Para isso, é necessário estabelecer um limite máximo de propriedade para cada região, para cada situação geográfica e tipo de produção.

6.2. Um país que preserva o meio ambiente, a biodiversidade, que recompõe as matas ciliares das fontes, dos córregos, rios e lagos em todo o seu território.

6.3. Um país que preserva suas sementes, garantindo a soberania alimentar e estimulando a agroecologia.

6.4. Um país que não admite a prática do trabalho escravo e a utilização da terra para cultivos de produtos ilegais e que, por isso, expropria quem assim age, destinando essa terra a famílias que se propõem cultivar alimentos.

6.5. Um país que prioriza a agricultura camponesa e combate a monocultura para exportação. Que garanta condições de produção e comercialização para a agricultura camponesa.

6.6. Um país que garanta o acesso à educação e à saúde pública e gratuita no campo, levando em consideração os saberes populares de cada região.

6.7. Um país que promova a democratização e a preservação das fontes de água.

6.8. Um país que estabelece o tamanho máximo da propriedade rural em no máximo mil hectares e desapropria todas as demais.

INICIATIVAS EXISTENTES:

- Propostas da Via Campesina.

- Plano Camponês.

- Campanha por Um Brasil Livre de Transgênicos e Sementes como Patrimônio da Humanidade.

- Rede de Agroecologia.

- Movimento Educação no Campo.

- Resgatar PNRA coordenado por Plínio de Arruda Sampaio

- Luta pela demarcação de terras indígenas, quilombolas e tradicionais.

- Ocupações de terra como instrumento de luta.

- Campanha pelo Limite da Propriedade.

- Campanha pela Erradicação do Trabalho Escravo.

- Campanhas contra a violência no campo.

- Combater as políticas de contra-reforma agrária do Banco Mundial.



ECONOMIA

7.1. Um país que não é comandado pelas forças da livre iniciativa de mercado capitalista, pois a ele interessa os lucros e não a vida e os direitos de todas as pessoas. Cabe às instituições públicas, submetidas ao controle permanente da sociedade, regular o mercado e zelar pela vida de qualidade de todas as pessoas. Cabe ao Estado ouvir a sociedade, até por meio de plebiscitos, para:

7.1.1 Implementar políticas de produção agrária e de criação de animais que respeitem os limites e apostem nas potencialidades de cada região, que sejam voltadas prioritariamente à garantia da soberania alimentar e nutricional, e que sigam, por isso e por amor à mãe terra, critérios e processos produtivos agroecológicos.

7.1.2 Promover política industrial que priorize as necessidades do povo brasileiro e que valorize o conhecimento e as tecnologias sob controle de brasileiros/as, nunca permitindo que elas se sobreponham aos direitos dos trabalhadores, garantindo processo de distribuição de renda.

7.1.3 Promover o controle do sistema financeiro pelo Estado.

7.1.4 Combater a proposta de autonomia do Banco Central.

7.2. Um país que assegure a taxação das grandes fortunas.

7.3. Um país que prioriza, com iniciativas diretas da população e através de incentivos públicos prioritários, a economia solidária, multiplicando oportunidades de trabalho geradoras de renda, aumentando a produção e o intercâmbio assentados nos princípios da cooperação, da solidariedade, do cuidado com a vida e o meio ambiente.

7.4. Um país que se recusa a pagar dívidas injustas ao capital financeiro e garante os direitos econômicos e sociais da população.

INICIATIVAS EXISTENTES:

-Campanha Jubileu Sul pelo não pagamento da dívida - somos credores.

-Auditoria Cidadã da Dívida Externa.

-Propostas do Fórum de Economia Solidária.

-Campanha por controle de capitais.

8 COMUNICAÇÃO

8.1. Um país em que o Estado garante espaço a todas as pessoas e organizações sociais na disputa de idéias através da democratização dos meios de comunicação, reconhecendo as iniciativas dos movimentos sociais e impedindo a concentração desses meios em poucas empresas privadas.

8.1.1. Incentivar práticas que favoreçam a apropriação do direito humano à comunicação por toda a população.

8.1.2. Exigir a democratização das concessões de meios de comunicação, pela criação de instrumentos de controle público e por leis que impeçam a concentração dos meios de comunicação.

8.1.3. Implementar o sistema público de comunicação, comunitário e não comercial, que possibilite o funcionamento de rádios e TVs regionais, abertas à criatividade popular.

8.1.4. Incentivar as iniciativas de rádios e TVs comunitárias, regularizando seu funcionamento.

8.1.5. Colocar a TV e rádio digitais a serviço do povo

8.1.6. Apoiar o uso do software livre e promover a inclusão digital, com serviços públicos como, por exemplo, acesso à Internet.

INICIATIVAS EXISTENTES:

- Lutas por rádios comunitárias.
- Jornal Brasil de Fato, TV Sul, Agência Adital e outras mídias independentes.
- Campanha CRIS Brasil pelo direito à Comunicação.

9 EDUCAÇÃO E CULTURA

9.1. Um país que afirma o direito universal a uma educação emancipatória e o pleno e inalienável direito à educação pública, gratuita e de qualidade para todos e todas.

9.1.1. Recusar programas de ajuste estrutural que pressionam os governos a desmantelar os serviços públicos.

9.1.2. Rechaçar a ingerência das empresas nacionais e multinacionais no sistema educativo público.

9.1.3. Apresentar aos governos nacionais uma agenda que priorize programas para a eliminação do analfabetismo.

9.2. Um país que valoriza a educação popular como perspectiva de conscientização da população, relacionada à formação da igualdade, reforçando a identidade regional.

9.2.1. Promover ações que reconheçam as singularidades dos sujeitos e comunidades, e garantam a igualdade de acesso à educação, considerando a diversidade de gênero, de etnia e de cultura, e considerando a potencialidade educacional dos espaços não escolares.

9.2.2. Incentivar o protagonismo das crianças, adolescentes e jovens, reconhecendo todas as suas identidades sociais como participantes da construção do conhecimento.

9.3. Um país que garante o acesso, a permanência e o direito de aprender na escola. E exige a democratização dos conhecimentos e saberes em benefício de toda a Humanidade.

9.3.1. Defender uma forma de educação profissional que recuse a lógica da empregabilidade e inclua as dimensões ética, estética e política.

9.4. Um país que rechaça qualquer forma de privatização e mercantilização da educação, da ciência e da tecnologia.

9.5. Um país que condena a apropriação ilegítima dos saberes populares e dos conhecimentos das comunidades nativas.

9.6. Um país que reafirma a centralidade da educação para os direitos humanos, a justiça e a paz.

9.6.1. Fortalecer as mobilizações mundiais de educação para uma cultura de justiça e paz, solidariedade e sustentabilidade no mundo.

9.7. Um país que democratiza a gestão das instituições públicas e das políticas sociais, em especial as educacionais, relacionando-as a políticas intersectoriais que as complementam, fortalecendo as comunidades educativas.

9.7.1. Promover o controle social do financiamento da educação.

9.8. Um país que valoriza os trabalhadores(as) da educação, e respeita os seus direitos profissionais e garante condições dignas de trabalho.

9.8.1. Articular-se com o Fórum Mundial de Educação e outros fóruns de luta para garantir que as experiências, qualificações e saberes dos trabalhadores sejam respeitados.

9.9. Um país que preserva seu maior patrimônio. Sua cultura: textos, músicas, histórias, experiências coletivas, comidas, danças, esportes, lendas.

9.10. Um país que reconhece sua identidade, que passa a exigir mais direitos, aumentando sua capacidade de organização, aprendendo novas técnicas, comunicando-se melhor.

9.11. Um país que garante o direito de acessar a cultura, a participar de atividades culturais, elevando o nível de conhecimento de toda a população.

10 SAÚDE

10.1. Um país que compartilha a construção de uma sólida perspectiva analítica dos atuais processos de reforma dos sistemas de saúde e de seguridade social, considerando o mapa dos diferentes atores sociais em favor das propostas anti-neoliberais de resistência e de formulação de alternativas. Esse mapa deve permitir avaliar a possibilidade de mudanças nacionais, regionais e internacionais;

10.2. Um país que define os principais valores e características das propostas alternativas para a saúde e a seguridade social, considerando as distintas realidades econômicas e sociais, mas afirmando as alternativas sustentáveis que garantam a universalidade, a integridade e a equidade para todas e todos;

10.3. Um país que analisa e propõe alternativas concretas para evitar as conseqüências dos acordos

de livre comércio nos campos da soberania alimentar, do acesso a medicamentos, equipamentos e condições de trabalho profissional, incluindo a drenagem de cérebros para os países ricos. Reconhecer a importância do debate em torno do estatuto da propriedade intelectual, o tema dos medicamentos essenciais e da propriedade do genoma humano. Construir bases para uma agenda social dedicada à saúde no âmbito dos acordos regionais de integração econômica como na Comunidade Européia, NAFTA, MERCOSUL, Pacto Andino, NEPAD, CAFTA, CARICOM e outros, trabalhando pela constituição de sistemas únicos e universais de saúde para estas áreas de integração econômica.

10.4. Um país que propõe processos alternativos para a gestão dos recursos humanos, defendendo a regulamentação das relações trabalhistas, a garantia dos direitos dos trabalhadores e o fim da flexibilização do trabalho, o achatamento dos salários e a alta rotatividade dos trabalhadores em saúde. Propõe alternativas para a gestão e para a educação continuada dos trabalhadores do setor. Dedicar especial atenção para a proteção da saúde dos trabalhadores e as estratégias para defendê-la.

10.5. Um país que coloca em perspectiva as diferentes estratégias de organização e mobilização em prol da defesa dos direitos humanos à saúde e sua concretização na forma de agendas de luta pela verdadeira reforma dos Sistemas de Saúde e Seguridade Social.

UNIDADE DE BIOMAS E REGIÕES SOCIOCULTURAIS

Queremos ser um país que reconhece, valoriza e constrói caminhos culturais e de desenvolvimento econômico e social característicos das suas regiões com ecossistemas diferenciados.

Bioma é um conjunto organizado de todas as formas de vida. A palavra vem de “bios”, que em grego quer dizer “vida”. Quando falamos de Bioma estamos falando de um conjunto de vida humana, vegetal e animal que cobre determinada região de forma contínua, em condições geoclimáticas parecidas, o que acaba formando uma diversidade biológica muito própria.

O território brasileiro é formado de seis grandes biomas: Amazônia, Cerrado, Caatinga, Pantanal, Mata Atlântica e Pampas. Como o Brasil tem também um território na Antártida, o IBAMA afirma que temos um sétimo Bioma.

Faz parte de cada Bioma sua população humana. O jeito que essa população tem de se relacionar com o ambiente é um dos fatores que marcam a identidade diversificada do povo brasileiro. Por isso hoje se fala dos “povos do Cerrado”, dos “amazônidas”, dos “povos do semi-árido”, dos “gaúchos”, assim por diante. Embora não sejam expressões tecnicamente exatas, são reveladoras.

Cada Bioma, então, tem também uma identidade social, econômica e cultural própria. Olhando por esse lado, e não pela divisão política dos estados, a unidade brasileira é feita de muitas diversidades. A diferença é feita a partir da história de cada região, das etnias que formaram a base de cada povo e do jeito que cada povo tem de se relacionar com seu meio ambiente. Para construirmos o verdadeiro Brasil que queremos, precisamos respeitar e valorizar cada conjunto de vida desses biomas, os povos que o habitam e a cultura própria de cada uma dessas populações, e enriquecer-nos, como Nação, por meio de relações democráticas entre eles.

1.1 – A Amazônia

(Ocupa quase a metade – 49,29% - do território brasileiro. A Bacia Amazônica total ocupa 5% do território da América Latina, com 6,5 milhões de quilômetros quadrados. Abriga a maior rede hidrográfica do planeta. Sessenta por cento da Amazônia se encontra no Brasil, onde o Bioma Amazônia tem uma área de quase 4 milhões e 200 mil quilômetros quadrados e ocupa a totalidade de cinco estados – Acre, Amapá, Amazonas, Pará e Roraima -, grande parte de Rondônia (98,8%), mais da metade do Mato Grosso (54%), além de parte do Maranhão (34%) e Tocantins (9%).

Defender uma Amazônia brasileira para e com os povos amazônidas e em favor de todo o país

Políticas a serem implementadas:

1.1.1. Defender a soberania e a autodeterminação dos povos da Amazônia. As políticas referentes às relações produtivas devem ser definidas com a participação dos povos amazônidas, em defesa da conservação da floresta, dos rios, dos lagos, e dos diversos recursos naturais existentes na região.

1.1.2. Defender uma economia baseada no princípio da *convivência produtiva* com as fontes naturais de folhas, flores, frutos e animais das florestas, cerrados e estepes, bem como dos rios e lagos.

1.1.3. Democratizar o uso das terras, combatendo a grilagem, a pecuária e a monocultura extensivas, destinando-as aos povos tradicionais e camponeses para o cultivo de alimentos.

1.1.4. Promover formas de produção apoiadas em técnicas agroecológicas adequadas, garantindo alimentos saudáveis e um território saudável.

1.1.5. Garantir que a divisão das terras promova as ricas potencialidades regionais, priorizando a cultura e as necessidades da população, como os já consolidados territórios indígenas, as *reservas extrativistas*, as terras comunitárias dos quilombolas e as comunidades ribeirinhas.

1.1.6. Denunciar a biopirataria e exigir que o governo implemente ações de combate à apropriação indevida do conhecimento tradicional.

1.1.7. Resistir a qualquer tentativa de implementação de bases militares estrangeiras em nosso território.

1.1.8. Promover um novo modelo de desenvolvimento a partir das realidades e saberes locais, em contraposição com as políticas predatórias contidas em “grandes projetos” para a Amazônia.

1.1.9. Garantir o controle popular e nacional sobre as águas da Amazônia, maior reservatório de água doce do planeta.

INICIATIVAS EXISTENTES:

- Reservas extrativistas.
- Quebradeiras de Coco.
- PDS - Plano de Desenvolvimento Sustentável.
- RECA: reflorestamento econômico consorciado adensado.

1.2 – O Cerrado

(Tem área de 1 milhão e 36 mil quilômetros quadrados. Ocupa a totalidade do Distrito Federal, quase todo o estado de Goiás (97%) e Tocantins (91%), mais da metade do Maranhão (65%), Mato Grosso do Sul (61%), Minas Gerais (57%), além de porções de outros de outros estados.)

Defender e recuperar o Cerrado brasileiro para e com os povos do cerrado e em favor de todo o país.

Políticas a serem implantadas:

1.2.1. Fortalecer e articular o processo de mobilização contra a destruição do Cerrado, na defesa de sua biodiversidade e preservação do meio ambiente

1.2.2. Desenvolver um processo de conscientização para maior conhecimento do Cerrado, incentivando a inserção do tema no currículo escolar e fomentando, nas universidades, a pesquisa sobre o Cerrado e ligando-o com Planos Diretores e Estatuto da Cidade em vista da formulação de políticas públicas.

1.2.3. Apoiar o cooperativismo popular na perspectiva da economia solidária, diversa e de autogestão para promover a geração de renda; a implantação de clubes de grupos de trocas solidárias; e implementando feiras para a comercialização de produtos da economia solidária.

1.2.4. Valorizar e fortalecer as pesquisas sobre o valor alimentar e medicinal de plantas do cerrado.

1.2.5. Favorecer os projetos de pesquisa, plantio, industrialização de frutos do cerrado, de modo especial por parte da agricultura camponesa.

1.2.6. Facilitar às comunidades indígenas acesso aos meios tecnológicos de comunicação para o conhecimento e disseminação de suas culturas.

1.2.7. Formar grupos de estudo nas comunidades, escolas, universidades e igrejas sobre o Cerrado.

1.2.8. Fazer pressão política para que o Cerrado seja considerado patrimônio da humanidade.

INICIATIVAS EXISTENTES:

- Propostas do Fórum Goiano de Economia Solidária.
- Campanha em favor do Cerrado como Patrimônio da Humanidade.
- Iniciativa de Desenvolvimento Sustentável do Norte de Minas.

1.3 – O Pantanal

(Tem área de 150 mil e 355 quilômetros quadrados. Ocupa 25% do Mato Grosso do Sul e 7% do Mato Grosso)

Preservar e recuperar o Pantanal para e com os/as pantaneiros/as e em favor de todo o país

Políticas a serem implementadas:

1.3.1. Recuperar e manter o nível das águas dos rios e lagos. Preservar a vegetação ciliar, garantindo a vida e reprodução da rica flora e fauna regional.

1.3.2. Proibir a destruição do meio ambiente, promovida pela pecuária extensiva, implementando outras formas de convivência produtiva a partir das potencialidades regionais

1.4 – A Caatinga (Semi-Árido)

(Tem área de 844 mil e 453 quilômetros quadrados. Ocupa todo o estado do Ceará e mais da metade do Rio Grande do Norte (95%), da Paraíba (92%), do Pernambuco (83%), do Piauí (63%) e da Bahia (54%), quase a metade de Alagoas (48%), e Sergipe (49%), além de pequenas porções de Minas Gerais (2%) e do Maranhão (1%).

Promover a Convivência com a Caatinga - Semi-Árido - brasileira, realizada pelos e para os povos desta região e em favor de todo o país

Políticas a serem implementadas:

1.4.1. Favorecer as iniciativas consolidadas de *convivência com o Semi-árido brasileiro*.

1.4.2. Incentivar a recuperação e a multiplicação de bancos das sementes criolas e dos animais típicos e a cultura dos povos da região, que nela vivem há mais de doze mil anos.

1.4.3. Incentivar a construção de depósitos (cisternas) caseiros e comunitários de água da chuva para consumo humano e produção de alimentos. Estabelecendo uma nova relação com a água da chuva.

1.4.4. Evitar grandes projetos de transposição de águas de rios, de modo especial do já ameaçado São Francisco.

1.4.5. Desenvolver técnicas de irrigação poupadoras de água, com produtos adequados ao Semi-Árido e acessíveis à agricultura camponesa.

1.4.6. Redefinir a produção regional em vista da vida de qualidade da população, destinando o que sobrar a outras regiões do país e ao exterior

1.4.7. Resgatar as terras do latifúndio e as destinadas às monoculturas do agronegócio, repassando-as à agricultura camponesa através de reforma agrária, incentivando seu uso num processo combinado de reflorestação, de produção agroecológica de alimentos e criatório de pequenos animais.

INICIATIVAS EXISTENTES:

- Campanha pela Convivência com o Semi-Árido brasileiro.

- Campanha pelo Projeto “Uma Terra e Duas Águas” (P1+ 2) e “Um Milhão de Cisternas” (P1MC).

- Movimento pela revitalização do São Francisco e contra a transposição.

1.5 – A Mata Atlântica

(Com área de 1 milhão e 110 mil quilômetros quadrados. Ocupa inteiramente três estados: Espírito Santo, Rio de Janeiro e Santa Catarina, e 98% do Paraná, além de porções de outros 11 estados brasileiros: Minas Gerais, São Paulo, Rio Grande do Sul, Bahia, Sergipe, Alagoas, Pernambuco, Paraíba, Rio Grande do Norte, Goiás, Mato Grosso do Sul)

Recuperar e revitalizar a Mata Atlântica, garantindo vida de qualidade para e com os que vivem, cultivam e trabalham nessa ampla região e em favor de todo o país

Políticas a serem implementadas:

1.5.1. Preservar, no que resta, por meio de medidas de proteção e de repressão dos que ainda exploram madeiras e seres vivos de forma predatória e dos que implantam projetos habitacionais, hoteleiros e turísticos nas praias e serras, bem como projetos de carcinicultura que destroem o meio ambiente.

1.5.2. Substituir o modo de produção das áreas hoje ocupadas pelo agronegócio com monoculturas de soja, cana de açúcar, laranjais, café e criação extensiva de gado, pela agricultura camponesa através de reforma agrária, incentivando sua utilização num processo combinado de reflorestação e de cultivo agroecológico de alimentos saudáveis.

1.5.3. Recuperar fontes de água potável e rios, através de políticas de despoluição, replantio das matas ciliares e redefinição de seu uso.

1.5.4. Recuperar praias, mangues e ambientes marítimos e fluviais costeiros como bens naturais destinados a toda a população, reconhecendo as culturas e direitos e povos indígenas, das comunidades de pescadores, marisqueiros, agricultores que vivem e trabalham nas regiões costeiras do país.

1.5.5. Repensar e replanejar as cidades construídas no bioma Mata Atlântica, tendo presentes suas potencialidades e limites.

1.6 – O Pampa

(Com área de quase 176 mil e 500 quilômetros quadrados. Ocupa 63% do território do estado do Rio Grande do Sul)

Reorganizar o Bioma Pampa em favor da qualidade de vida de toda a população desta região e do todo o país

Políticas a serem implementadas:

1.6.1. Substituir o modo de produção das áreas hoje ocupadas pelo agronegócio com monoculturas de soja e criação extensiva de gado pela agricultura camponesa através de reforma agrária, incentivando sua utilização num processo combinado de recomposição da vegetação original e de cultivo agroecológico de alimentos saudáveis.

1.6.2. Recuperar fontes de água potável e rios, através de políticas de despoluição, replantio das matas ciliares e redefinição de seu uso.



MAPA DOS BIOMAS BRASILEIROS

Fonte: IBGE - www.ibge.gov.br

EXPEDIENTE:

4ª Semana Social Brasileira - Rede Jubileu Sul/Brasil

Coordenação: Dom Demétrio Valentini, Isidoro Revers, Rosilene Wansetto, Paulo Maldos, Luiz Bassegio, João Paulo Rodrigues, Nalu Faria, Gilberto Portes, Bernardo Lestienne, Ir. Delci Franzen e Dalila Pedrini

Sistematização: Ivo Poletto, Roberto Malvezzi, Ricardo Gebrin, Maria Luiza Mendonça e Fátima Sandaliel

Secretaria Nacional
SDS Ed. Ven II - Sala 504
Tel.: 3320-3506

assembleiapopular@terra.com.br